

REFLEXÕES ACERCA DAS RELAÇÕES ENTRE REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA E DESCRITIVA

Giovana Deliberali Maimone*

Naira Christofoletti Silveira**

Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo***

RESUMO

Apresenta a importância da integração da representação temática e descritiva na recuperação da informação, revelando aspectos teóricos e práticos destas disciplinas e traçando relações entre as mesmas. Teve como objetivo discorrer sobre os modelos conceituais Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR), Functional Requirements for Subject Authority Data (FRAD) e Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD), exemplificando-os com a busca da informação realizada pelo usuário em um sistema. Ressalta-se que o conhecimento específico de cada área deve prevalecer, porém sem se perder a visão de ambas como sendo complementares. A fundamentação teórico-metodológica encontra-se apoiada na pesquisa teórica e conceitual das temáticas debatidas para analisar os fatos disponíveis na literatura e discorrer sobre sua aplicabilidade. Conclui-se que existe uma feliz e necessária integração entre as representações temática e descritiva que otimizam o acesso informacional, embora a representação descritiva ainda seja considerada, por muitos, como sendo pura descrição física em catálogos manuais.

Palavras-chave: Representação descritiva. Representação temática. Modelos conceituais de representação. FRSAD.

* Doutoranda em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Bolsista CAPES. gdmaimone@usp.br

** Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutoranda em Ciência da Informação, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). naira_csilveira@yahoo.com.br

*** Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação (ECA/USP). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Docente aposentada da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, onde atua na pós-graduação em Ciência da Informação como docente e orientadora. mfgmtala@usp.br

I INTRODUÇÃO

O termo “catalogação” está intimamente relacionado ao termo “catálogo”, porém, o catálogo não se constitui apenas das partes identificadas nos códigos de catalogação: descrição bibliográfica e ponto de acesso, exceto pontos de acesso para assuntos. Os catálogos também apresentam o assunto de um item. As questões referentes ao conteúdo do item não são atribuídas ao termo “catalogação” porque

[...] os próprios códigos de catalogação, portadores deste nome e editados por instituições biblioteconômicas respeitáveis, não abordam o ângulo ‘conteúdo’ [...] A classificação e a

indexação, embora componentes da catalogação, alcançaram desenvolvimento próprio, com grandes avanços relacionados à teoria da informação (MEY, 1987, p. 4-5).

Desse modo, a parte da catalogação destinada à “catalogação de assunto” passou a ser designada como Representação Temática e a “catalogação descritiva” passou a ser designada como Representação Descritiva. Mesmo que, em sentido amplo, o termo catalogação envolva todos os procedimentos para a representação de um item em catálogos, bibliografias ou outros produtos provenientes da análise documental, com o tempo, o termo catalogação foi comumente

atribuído apenas à descrição bibliográfica e aos pontos de acesso de título e de responsabilidade. Estas denominações, em partes, vêm sofrendo alterações, já que, a maioria dos currículos dos cursos de bacharelado em Biblioteconomia alteraram o nome da disciplina “catalogação” para “representação descritiva”.

Portanto, a representação da informação pode ser subdividida em representação descritiva e representação temática. A primeira representa as características específicas do documento, denominada descrição bibliográfica, que permite a individualização do documento. Ela também define e padroniza os pontos de acesso, responsáveis pela busca e recuperação da informação, assim como pela reunião de documentos semelhantes, por exemplo, todas as obras de um determinado autor ou de uma série específica. A segunda detém-se na representação dos assuntos dos documentos a fim de aproximá-los, tornando mais fácil a recuperação de materiais relevantes que dizem respeito a temas semelhantes. Neste contexto, são elaboradas as linguagens documentárias, instrumentos de controle vocabular a fim de tornar possível a “conversação” entre documentos e usuários.

Ambas se unem para possibilitar a eficiente recuperação de informações pelos usuários dos centros de informações¹. Desta forma infere-se que as representações documentárias são, simultaneamente, complementares e que a visão segmentada destas tem função no ensino e aprendizagem, pois, cada qual, requer conhecimentos específicos, mas é necessário entendê-las em seu contexto amplo para que a representação da informação seja plena.

A representação da informação é um processo que pode utilizar linguagem específica uma vez que possui características próprias e seu principal objetivo é proporcionar a comunicação entre os documentos e os usuários da informação. Sendo assim, tanto os códigos de catalogação quanto os tesouros utilizam-se de “linguagens” que lhes são próprias, padronizando e criando assim bases para recuperação e acesso à informação. A linguagem pode ser considerada como o princípio organizativo do conhecimento, uma vez que seleciona alguns termos ao invés de outros semelhantes e funciona como dispositivo de controle terminológico, visando ao tratamento

e à recuperação de informações, remetendo o usuário ao material de interesse e, ainda, oferecendo conhecimento de novos termos.

É possível declarar então que, no ambiente de representação da informação, as Ciências Documentais cumprem papel fundamental no trato de informações, já que lidam com a essência que originará o conhecimento. Este quadro conceitual situa a representação da informação como atividade propulsora de novos cenários intelectuais, pois permite reproduzir o conteúdo dos documentos visando sua recuperação e assimilação por parte dos usuários. Neste sentido é preciso ressaltar que as informações circulam entre “mundos” diversos e carecem do uso de linguagens compatíveis para interconectar estes universos, ou seja, é necessário estabelecer uma comunicação.

A representação descritiva e a representação temática possuem bases teóricas com características próprias que, em alguns momentos, se entrelaçam. Em 1998 foram publicados os *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR), em 2007 a versão preliminar e em 2009 a versão impressa dos *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRAD) e em 2010 os *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRSAD), estes três modelos conceituais não segmentam a representação da informação em descritiva e temática, tais modelos abarcam ambas, enfocando a descritiva nos FRAD e a temática nos FRSAD.

Diante deste contexto, pretende-se, como objetivo deste trabalho, exemplificar e discorrer sobre a aplicação dos modelos conceituais FRBR, FRAD e FRSAD na representação documental, ressaltando a importância de conhecimentos específicos, sem perder a visão geral da representação bibliográfica. Para tal empreendimento, recorreu-se à pesquisa teórica e conceitual para analisar os fatos disponíveis e discorrer sobre sua aplicabilidade prática.

2 O CONHECIMENTO NA CIÊNCIA: O CASO DA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A pesquisa científica é pautada pela integração de conhecimentos teóricos e práticos de uma determinada área do conhecimento.

¹ Por centros de informações entendem-se aqui todos os locais que podem oferecer informações úteis aos seus públicos.

A antiga condição excludente que envolvia a ciência básica e aplicada está em desuso, pois já se constata que ambos os conhecimentos estão inter-relacionados e que um pode instigar o outro.

Dentro da ciência da informação há espaço tanto para o teórico como para o prático, e claramente ambos são necessários. A teoria e a prática estão inexoravelmente relacionadas; cada um alimenta-se do trabalho do outro (BORKO, 1968, p. 3, tradução nossa).

Embora esta correspondência seja clara atualmente, nem sempre foi assim. Em um primeiro momento, a ciência moderna (do paradigma dominante) introduziu a questão do método, que conduzia a pesquisa com objetividade, neutralizando a ação do sujeito. Posteriormente, a mesma começa a se aproximar do senso comum, visando ao entendimento do mundo, deixando de lado a questão do controle. Já a ciência pós-moderna (do paradigma emergente) utiliza uma pluralidade metodológica, cuja característica principal é resolver os problemas advindos da modernidade e das tecnologias. Segundo Wersig (1993) a nomenclatura “pós-modernismo” é decorrência das mudanças no papel do conhecimento para indivíduos, organizações e sociedade, e revela quatro traços significativos que caracterizam este momento, são eles: a despersonalização do conhecimento (tecnologia da comunicação); a crença no conhecimento (tecnologia da observação); a fragmentação do conhecimento (tecnologia de apresentação); e a racionalização do conhecimento (tecnologia da informação).

A evidente importância da união entre teoria e prática remete ainda ao elo complementar que traçam a informação e a Ciência, já que, a ciência promove o desenvolvimento de produtos do conhecimento (como livros, periódicos, bases de dados, etc.) e a informação registrada é o meio de acesso a esse conhecimento.

O desenvolvimento social, científico ou tecnológico depende do conhecimento acumulado formalmente. A sociedade registra seu conhecimento em algum suporte - argila, papiro, pergaminho, papel, fitas magnéticas, etc. - visando ao seu uso imediato ou futuro, em prol da humanidade, ou, em prol da manutenção do poder de um determinado grupo.

O conhecimento registrado cresce progressivamente e precisa estar organizado para ser recuperado e utilizado. As técnicas empregadas no gerenciamento desses registros informacionais, inicialmente estavam focadas no controle dos suportes que, durante muito tempo, não apresentavam grandes variações de forma ou estrutura - quando os códices apareceram foram se extinguindo o uso de rolos de papiros e os periódicos científicos surgem somente a partir do sec. XVII.

O advento da “explosão bibliográfica” ocorrido após a 2ª Guerra Mundial (em meados de 1948) e o aumento exacerbado de documentos, acarretou um número incontável de materiais que eram lançados em grande escala no mercado. Sendo assim, começou-se a ter o crescimento do conhecimento científico e tecnológico, trazendo problemas quanto ao armazenamento e recuperação destas informações. A partir daí, iniciou-se, por necessidade, a criação de mecanismos de controle bibliográfico com a construção de linguagens próprias, como as linguagens documentárias.

Atualmente, nos deparamos com vários suportes (eletrônicos, impressos, digitais, etc.) e de variadas estruturas (artigos de periódicos, teses e dissertações, impressas ou em meio eletrônico). Desse modo, a organização e a recuperação da informação desassociaram-se de seu suporte e tornaram-se mais complexas, exigindo maior controle.

Dentre as inúmeras contribuições para o controle, organização e recuperação da informação, certamente se destacam a Classificação Decimal Universal (CDU) e o princípio monográfico, que propõe a desobstrução da informação. A CDU, desenvolvida no início do sec. XX com base na Classificação Decimal de Dewey (CDD), busca representar e organizar o conhecimento humano universal. Trata-se de um “[...] sistema de conceitos hierarquicamente estruturados em grandes classes, destinado à classificação do conhecimento e dos suportes físicos de registros [...]” (SILVA; GANIM, 1994, p. 4).

Embora baseada na CDD, ela possui uma estrutura diferenciada, permitindo que cada Instituição a utilize conforme sua necessidade. A CDU permite flexibilidade na notação, por meio a adoção de números, letras e símbolos. Introduz também “[...] o conceito de *relação* e dos

recursos para representá-la através da *síntese*, que permite a formação de notações compostas para representar conceitos novos não previstos no sistema” (SILVA; GANIM, 1994, p. 6).

Outra contribuição significativa é o “princípio monográfico” ou “desobstrução da informação”, na qual não importa a estrutura ou forma em que esteja uma informação, seu conteúdo intelectual é mais importante e sempre será recuperado. Neste caso é importante ter em mente o fundo e a forma. O fundo são os materiais acumulados e a forma são as estruturas sob as quais se apresentam (OTLET, 1937). Ao analisar uma informação desconsiderando seu fundo ou forma, “o princípio monográfico promoveria a dispersão dos dados no sistema se não fosse pela presença de uma estrutura lógica representada pela CDU, que serviria tanto para organizar o armazenamento das informações como para recuperá-las” (SANTOS, 2006, p. 56).

Não importa em qual fundo ou forma esteja a informação, ela sempre deverá ser recuperada. Nos FRBR o princípio monográfico proposto por Otlet parece “ganhar vida”, quando separa o documento em quatro entidades distintas: *obra*, *expressão*, *manifestação* e *item*. As duas primeiras possuem características independentes de seus suportes e as duas últimas apresentam as características relacionadas ao suporte, ou seja, o princípio monográfico é aplicado também na representação descritiva.

3 OS MODELOS CONCEITUAIS FRBR, FRAD E FRISAD

A partir da década de 1960 busca-se estabelecer princípios e padrões para facilitar a cooperação de registros bibliográficos e agilizar o processo de elaboração de catálogos e outros produtos bibliográficos, assim como viabilizar maior controle bibliográfico em âmbito internacional. Nesse ambiente de mudanças e de discussões, em 1998, desenvolveu-se o modelo conceitual denominado Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR – *Functional Requirements for Bibliographic Records*), o primeiro modelo teórico internacional para a catalogação.

Influenciados pelos FRBR, outros dois grupos de trabalho foram formados pela IFLA (*International Federation of Library Associations and Institutions*) com o propósito de desenvolver

outros modelos conceituais para o universo bibliográfico.

Instituído em abril de 1999, o grupo de trabalho *Functional Requirements and Numbering of Authority Records* (FRANAR) tem como objetivos: definir os requisitos funcionais para registros de autoridade, estudar a viabilidade de um número internacional para os registros de autoridade, o *International Standard Authority Data Number* (ISADN), e servir como uma ligação oficial da IFLA com outros grupos interessados em registros de autoridade. Em 2007 o FRANAR apresentou como resultado uma versão do preliminar documento intitulado *Functional Requirements for Authority Data: a conceptual model* (FRAD), em 2008 apresentou uma versão final em espanhol e em 2009 foi publicado pela K. G. Saur.

Outro grupo de trabalho foi estabelecido em 2005, os *Functional Requirements for Subject Authority Records* (FRSAR), responsável por desenvolver um modelo conceitual para as entidades presentes nos FRBR que representam os assuntos de uma obra. Tal modelo tem sua versão publicada em 2010, intitulada *Functional Requirements for Subject Authority Data* (FRISAD) (IFLA FRSAR, 2010).

Nos modelos conceituais do tipo entidade-relacionamento são apresentadas as entidades, seus atributos e seus relacionamentos. Esses três elementos são desenvolvidos a partir das necessidades dos usuários, transpostas para as “tarefas dos usuários”. Como o objetivo principal deste trabalho é discorrer sobre esses modelos na representação da informação de forma integrativa (descritiva e temática), os detalhes de tais modelos serão revelados na medida em que forem sendo discutidos. Porém, cabe aqui uma breve explanação sobre tais modelos. Os modelos apresentam as entidades, os atributos e seus relacionamentos.

Peter Chen (1990, p. 20) define *entidade* como “[...] uma ‘coisa’ que pode ser distintamente identificada”. As entidades são vistas como objetos-chave que interessam ao usuário do registro bibliográfico, é entendida como uma “coisa” ou um “objeto” no mundo real que pode ser identificada de forma unívoca em relação a todos os outros objetos. Uma entidade pode ser concreta ou abstrata. Os atributos são as diversas características que um tipo de entidade possui, ou propriedades descritivas de cada membro de um conjunto de entidades. Podem ser inerentes

à entidade (aspectos físicos) obtidos através do exame do item; ou externos ou imputados à entidade, identificadores que requerem outras fontes para estabelecê-los. Relacionamento é a associação entre uma ou várias entidades, é o que permite o usuário navegar entre os registros (IFLA FRBR, 1998).

Neste trabalho não serão abordadas todas as entidades descritas nos modelos, nem seus atributos ou relacionamentos, devido às suas inúmeras possibilidades de análise. Entretanto, cabe ressaltar que os FRBR apresentam dez entidades, divididas em três grupos, sendo:

- GRUPO 1 – as entidades que representam os produtos de trabalho intelectual ou artístico: *obra, expressão, manifestação e item*.
- GRUPO 2 – as entidades que representam os responsáveis pelo conteúdo, produção, disseminação e guarda das entidades do primeiro grupo: *pessoa e entidade coletiva*.
- GRUPO 3 – as entidades que representam os assuntos de uma *obra: conceito, objeto, evento e lugar*.

Destes grupos, o Grupo 1 se destaca ao distinguir em um único documento suas características intelectuais (*obra e expressão*) de suas características físicas (*manifestação e item*). Outros trabalhos abordam tais conceitos detalhadamente, quando necessário, eles serão retomados na forma de exemplos.

Deve-se destacar as tarefas dos usuários nestes modelos, uma vez que elas direcionam a construção dos registros bibliográficos. Para se alcançar os objetivos dos FRBR (proporcionar um quadro estruturado, claramente definido, para relacionar os dados contidos nos registros bibliográficos com as necessidades dos usuários desses registros), foram definidas quatro tarefas genéricas dos usuários:

- *encontrar* entidades que correspondam ao critério de busca estabelecido pelo usuário, ou seja, localizar uma entidade ou um conjunto de entidades, através de um atributo ou de um relacionamento;
- *identificar* uma entidade que permita ao usuário confirmar se encontrou aquilo que procurava, distinguindo entre duas ou mais entidades com características similares;

- *selecionar* uma entidade adequada às necessidades do usuário, isto é, escolher uma entidade que atenda às especificações do usuário quanto ao conteúdo, formato físico, etc. ou à rejeição de uma entidade que não atenda suas necessidades;
- *obter* uma entidade que permita ao usuário adquirir a entidade descrita, seja através de uma compra, empréstimo ou através do acesso eletrônico remoto (IFLA FRBR, 1998).

Ao estipular as tarefas dos usuários os FRBR revelam quais são as necessidades dos usuários dos registros bibliográficos. O catálogo e os registros bibliográficos devem possibilitar aos usuários a realização de tais tarefas. A determinação das tarefas dos usuários comprova que a partir dos FRBR o foco da catalogação está no usuário.

As tarefas realizadas pelos usuários também são especificadas nos FRAD, sendo que duas delas estão presentes nos FRBR. São elas:

- *encontrar* uma ou um grupo de entidades que correspondam a um critério de busca do usuário;
- *identificar* uma entidade, confirmando se a entidade recuperada é condizente com a procurada, distinguir entre duas ou mais entidades similares para validar a forma do nome usada para o ponto de acesso controlado;
- *contextualizar* uma entidade, esclarecendo a relação entre uma ou mais entidades e saber por qual nome uma entidade é mais conhecida, por exemplo, um nome usado na religião e um usado fora dela;
- *justificar* o arquivo de autoridade, fornecendo a justificativa da escolha e da forma do nome atribuído a uma entidade e em que se baseia o ponto de acesso controlado (IFLA FRANAR, 2009).

A base fundamental deste modelo está nas entidades bibliográficas apresentadas nos FRBR que são conhecidas por nomes ou por identificadores. Durante o processo de catalogação esses nomes e identificadores são usados como base para a construção de pontos de acesso controlados (IFLA FRANAR, 2009).

As tarefas realizadas pelos usuários também estão especificadas nos FR SAD:

- Find one or more subjects and/or their appellations, that correspond(s) to the user's stated criteria, using attributes and relationships;
- Identify a subject and/or its appellation based on its attributes or relationships (i.e., to distinguish between two or more subjects or appellations with similar characteristics and to confirm that the appropriate subject or appellation has been found);
- Select a subject and/or its appellation appropriate to the user's needs (i.e., to choose or reject based on the user's requirements and needs);
- Explore relationships between subjects and/or their appellations (e.g., to explore relationships in order to understand the structure of a subject domain and its terminology) (IFLA FR SAR, 2010, p. 9).

A seguir, discorre-se sobre aplicação destes modelos na recuperação da informação. Maiores explicações sobre tais modelos serão apresentadas no decorrer da análise, quando julgadas necessárias.

4 APLICAÇÃO DOS MODELOS

Tendo em vista que os modelos FR BR, FR AD e FR SAD e seus elementos constitutivos foram desenvolvidos como uma visão geral do universo bibliográfico, relacionando os dados contidos nos registros bibliográfico de acordo com as necessidades dos usuários, julga-se relevante iniciar esta sessão a partir das tarefas dos usuários. Optou-se por exemplificar, a seguir, uma suposta pesquisa em uma base de dados realizada por usuário:

Exemplo 1: Um usuário deseja pesquisar sobre obras do pintor Henri Matisse (entidade denominada *pessoa* que possui diversos atributos e relacionamentos). Tal busca recupera várias pinturas (ou seja, várias *obras*) como: "Música", "O torso de Gesso", "A conversa", "Carmelina", etc. Dentre as muitas opções recuperadas pelo sistema, primeiro o usuário

identifica se o sistema recuperou o "Henri Matisse" que ele estava realmente buscando. A partir desta confirmação, verifica quais *obras* e *expressões* o sistema possui deste pintor. Entre suas opções o usuário *seleciona* o documento que será efetivamente consultado, ou seja, aquele documento considerado pertinente. Algumas vezes, o próprio sistema fornece uma cópia digital do documento selecionado, neste caso a *obtenção* será via formato digital. Outros momentos, o usuário será remetido à sala na qual irá encontrar tal pintura (que poderá ser o original de arte ou uma reprodução, ambos considerados *itens*).

Acima, estão relacionadas as tarefas dos usuários com as entidades do Grupo 1 e Grupo 2 dos FR BR. Em obras de arte é muito comum encontrarmos reproduções dos originais. Uma reprodução de arte trata-se de uma *nova expressão* da mesma *obra* (original do autor). O usuário necessita saber se trata de um original ou de uma reprodução e se for uma reprodução quem são os responsáveis por ela. Esses caminhos se entrelaçam e denominam-se relacionamentos. São os relacionamentos que permitem ao usuário navegar pelo catálogo e recuperar documentos do mesmo autor, do mesmo assunto etc.

O ponto de partida do usuário foi o nome do pintor (atributo da entidade *pessoa*) função de maior relevância para o pesquisador, neste caso. Esta busca permitiu ao usuário conhecer todas as obras deste autor disponíveis no catálogo.

No sistema, existem dois tipos de registros: o registro bibliográfico, com a representação temática e descritiva do documento; e o registro de identidade (também chamados de registros de autoridade), que abarca os responsáveis, os títulos ou os assuntos que serão utilizados nos registros bibliográficos, cujo objetivo é controlar a forma de um nome, termo etc., proporcionando a padronização nos pontos de acesso e eliminando a sinonímia e a ambigüidade dos termos do sistema.

As tarefas dos usuários dos FR BR focam o registro bibliográfico enquanto que os FR AD e os FR SAD focam os registros de identidade ou autoridade. As tarefas dos usuários *encontrar*, *identificar*, *selecionar* e *obter* um registro bibliográfico segundo o critério de busca do usuário estão nos FR BR. Os FR AD

apresentam outras tarefas, relacionadas mais especificamente à padronização do registro de autoridade, a saber: *encontrar*, *identificar*, *contextualizar* e *justificar*. Por exemplo, poderiam existir outras pessoas com o nome “Henri Matisse” registradas no sistema ou ainda a mesma pessoa possuir várias “escritas (denominações)” diferentes daquela escolhida pelo usuário no momento de sua busca. A busca poderia ser feita pelo nome completo, apenas pelo sobrenome ou partes do nome, não importa como o usuário formula sua busca, o sistema deve recuperar a informação em suas diferentes possibilidades. O nome completo deste pintor é “Henri Émile Benoît Matisse”, este dado sobre o autor, assim como outras formas de seu nome, sua data e local de nascimento, são atributos que permitem ao usuário *identificar* e *contextualizar* se o sistema recuperou o pintor que o usuário estava procurando. Além disso, o registro deve fornecer ao usuário a *justificativa* da escolha da forma do nome mais conhecido do pintor no sistema ao invés de seu nome completo, assim como fornecer as regras em que se baseou a padronização do cabeçalho deste autor.

Neste exemplo o critério de busca utilizado pelo usuário foi uma responsabilidade específica, isso ocorre quando o usuário já possui alguma referência de “autoria”, quando isso não ocorre o critério de busca se iniciaria, mais comumente, pela Temática. Assim, ao invés de buscar “Henri Matisse” seria buscado o termo “Fauvismo”, movimento artístico do qual Henri Matisse foi um de seus representantes.

O modelo conceitual FRSAD focaliza a forma controlada para o termo “Fauvismo”. As tarefas *encontrar*, *identificar* e *selecionar* são similares à dos demais modelos, inclusive neste a tarefa *explorar* as relações. O que significa, de modo resumido, que ao recuperar registros que possuam “Fauvismo” o usuário seja capaz de percorrer no catálogo ou bases de dados as relações entre este termo e outros relacionados, assim como reconhecer o que “Fauvismo” representa neste sistema e suas relações com outros termos adotados pelo sistema, compreendendo as relações deste domínio.

O usuário ainda deve ser capaz de encontrar outras obras derivadas de uma obra específica deste autor, devido à relação entre as obras, ou ainda, a biografia de Henri Matisse.

Enfim, a representação da informação deve ampliar as possibilidades do usuário revelando informações até então desconhecidas e que lhe serão úteis. Tais modelos, ao embasarem conceitualmente a representação, sem isolar a temática da descritiva, possivelmente fornecem melhor compreensão dos registros bibliográficos e de identidade tanto para o profissional quanto para o usuário, beneficiando em especial este último.

Exemplo 2: Uma usuária realiza uma pesquisa sobre os grandes pintores do expressionismo americano (da América). Sabe de início que, Diego Rivera fez parte deste grupo, porém precisa de mais referências para trabalhar de forma consistente. Procura então pelo termo “Expressionismo na América” (entidade *conceito* presente nos FRBR) e *encontra* relacionada a esta temática, vários grandes nomes, como: “José Clemente Orozco”, “David Siqueiros”, “Cândido Torquato Portinari”, “Anita Malfati”, “Lasar Segall”, entre outros. De posse desta nova informação a usuária passa a navegar pelo catálogo segundo as relações estabelecidas entre as entidades. Essas relações são fundamentais para encontrar novos documentos, percorrendo todas as etapas (*encontrar*, *identificar*, *selecionar*) até *obter* o documento-conforme as políticas da Instituição.

Já neste contexto, preferiu-se a pesquisa por Escola Artística, já que era mais conveniente para a investigação. Independente da opção do usuário – responsabilidade, título ou assunto – ele deve ser capaz de acessar as informações desejadas. O usuário nem sempre percebe a diferença entre a representação temática e descritiva, ele explora ambas e migra seus critérios de busca constantemente, dependendo de cada caso. Muitas vezes, buscas truncadas são realizadas, mas para o usuário, a segmentação temática ou descritiva passa despercebida.

As explicações teóricas e práticas contidas neste trabalho evidenciam a contribuição fundamental que ambas as representações (temática e descritiva) oferecem no que diz respeito ao “acesso” físico e intelectual da informação, visto que, além de auxiliarem o usuário no encontro do material desejado, também proporcionam o aprendizado mútuo de duas disciplinas separadas para fins didáticos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação da informação, tanto temática quanto descritiva, utiliza-se de uma linguagem própria para atingir seu principal objetivo, que é proporcionar a comunicação eficaz entre sujeito e objeto (usuário e documento). Podemos ir além, proporcionar a comunicação entre o conhecimento registrado no passado e o tempo presente para a construção do futuro. O conhecimento registrado (ou o documento) é criado devido à necessidade do seu autor (ou qualquer outro responsável, pintor, tradutor etc.) se comunicar com o mundo. Deste modo o documento é o veículo que transporta as idéias do autor até o usuário, trata-se, portanto, de um diálogo.

Para os modelos conceituais FRBR, FRAD e FRSAD foram estudadas formas de se representar o universo bibliográfico integrando as representações temática e descritiva, pois ambas intentam otimizar o acesso informacional através destas ferramentas, conhecendo a teoria e aplicando-a na prática.

Apesar da brevidade desta explanação é possível, através dela, evidenciar a existência de uma feliz e necessária união entre as representações descritiva e temática para o acesso informacional, embora a representação descritiva ainda seja considerada, por muitos, como sendo pura descrição física em catálogos manuais. Consideração muito limitada se pensarmos nas

possibilidades que as relações existentes entre os registros bibliográficos proporcionam.

Observa-se que a representação temática possui maior representatividade em pesquisas no Brasil, enquanto que pesquisas teóricas relacionadas com a representação descritiva são em menor número, conforme revelado por Ortega (2009).

Incentivar pesquisas em ambas as áreas tende a fortalecer a representação como um todo, proporcionando busca e recuperação da informação mais eficazes aos usuários. A recuperação da informação é plena quando todas as suas formas (temática e descritiva) são exploradas e desenvolvidas.

Enfatiza-se que tais disciplinas, embora segmentadas para fins didáticos e de pesquisa, ocorrem na prática de modo integrado e até simultaneamente, sem que o usuário perceba que se trata de formas diferentes de representar a informação.

A exemplificação dos modelos conceituais, a partir das necessidades (tarefas) dos usuários, permite clarificar as relações existentes entre aspectos físicos e intelectuais que uma pesquisa pode oferecer. Os exemplos aqui apresentados podem ser expandidos ou ainda analisados por diferentes olhares, porém sua função principal neste momento foi oferecer uma simulação de busca relacionando as tarefas dos usuários propostas pelos modelos conceituais e destacar as relações entre a representação descritiva e temática como um movimento contínuo realizado pelo usuário.

REFLECTIONS ABOUT THE RELATIONS BETWEEN THEMATIC AND DESCRIPTIVE REPRESENTATION

Abstract

It presents the importance of integrating the thematic representation into the descriptive one, revealing the theoretical and practical aspects of these disciplines and tracing relationships between them. The goal of this work is to discuss the conceptual models Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR), Functional Requirements for Subject Authority Data (FRAD) and Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD), illustrating them with the work of information search done by the user on a system. It emphasizes the importance of specific knowledge, without losing the viewpoint of both areas as complementary ones. The theoretical and methodological approach is based on the theoretical and conceptual research on the discussed thematics so as to analyze the facts available in the literature as well as to consider their practical applicability. We conclude that there is a happy and necessary integration between the thematic and descriptive representations that optimizes the informational access, though the second discipline is still regarded by many as pure physical description in manual catalogs.

Keywords:

Descriptive representation; Thematic representation, Conceptual models of representation; FRBR.

Artigo recebido em 20/10/2010 e aceito para publicação em 11/05/2011

REFERÊNCIAS

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n.1, jan. 1968.

CHEN, P. **Modelagem de dados**: a abordagem entidade-relacionamento para projeto lógico. São Paulo: McGraw-Hill: Makron, 1990.

IFLA FRANAR. Working Group on Functional Requirements and Numbering of Authority Records (FRANAR). Functional Requirements for authority Data. IFLA, 2007. Versão preliminar. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/d4/FRANAR-ConceptualModel-2ndReview.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2007.

IFLA FRANAR. Working Group on Functional Requirements and Numbering of Authority Records. Functional requirements for authority data. München: K.G. Saur, 2009. (IFLA Series on Bibliographic Control, v. 34). Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/classification-and-indexing/functional-requirements-for-subject-authority-data/frsad-final-report.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2010.

IFLA FRASAR. Working Group Functional Requirements for Subject Authority Records. Functional Requirements for subject authority data. IFLA, 2009. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/classification-and-indexing/functional-requirements-for-subject-authority-data/frsad-final-report.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2010.

IFLA FRBR. Study Group on the Functional Requirements for Bibliographic Records.

Functional requirements for bibliographic records: final report. UBCIM Publications - New Series, vol. 19. München: K. G. Saur, 1998. Disponível em: <www.ifla.org>. Acesso em: 16 ago. 2006.

MEY, E. S. A. **Catálogo e descrição bibliográfica**: contribuições a uma teoria. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1987.

ORTEGA, C. D. **Os registros de informação dos sistemas documentários**:

uma discussão no âmbito da Representação Descritiva. 2009. Tese (doutorado) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP).

OTLET, P. **Documentos e documentação**: introdução aos trabalhos do congresso mundial da documentação universal, Paris, 1937. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/otlet/index.htm#nota>>. Acesso em: 21 abr. 2009.

SILVA, O. P. da; GANIM, F. **Manual da CDU**. Brasília: Briquet de Lemos, 1994.

SANTOS, P. de M. L. dos. **O ponto de inflexão Otlet**: uma visão sobre as origens da documentação e o processo de construção do princípio monográfico. 2006. Dissertação (mestrado) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP).

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, 1993.

